

A influência e a atuação dos partidos políticos no movimento estudantil brasileiro e as semelhanças dos movimentos sociais latino-americanos

*Jordana de Souza Santos **

Resumo: O objetivo deste artigo é a análise das influências da Ação Popular (AP) e das Dissidências Estudantis Comunistas no Movimento Estudantil (ME) no contexto da ditadura militar procurando identificar qual a repercussão dos ideais destas organizações nas ações dos estudantes. Estabelecemos um paralelo entre o problema da partidização do ME nos anos 1960 e 1970 com a atualidade do ME apontando também as semelhanças quanto à atuação e formação do ME latino-americano.

Palavras-chave: Movimento estudantil; ditadura militar; UNE.

Abstract: The objective of this article is the analysis of the influences of the Ação Popular (AP) and of the Dissidências Estudantis Comunistas of opinion in the Student Movement (ME) in the context of the military dictatorship when to identify which the repercussion of the ideals of these organizations in the actions of the students. We establish a parallel between the problem of the partidização of ME in the years 60 and 70 with the present of ME pointing also to the similarities as for the acting and formation of Latin-American ME.

Key words: Student movement; Military Dictatorship; UNE.

As divergências entre a AP e as dissidências e o papel do ME

Este artigo pretende analisar a influência de dois grupos políticos que tiveram participação considerável nas ações do Movimento Estudantil (ME) da década de 1960. Estes grupos são a Ação Popular (AP) e as Dissidências Estudantis Comunistas (DI-SP e DI-GB, representantes do estado de São Paulo e da Guanabara, respectivamente). O período a que nos referimos se inicia em 1964, ano do golpe militar, e termina em 1974 quando a maioria das organizações foi extinta ou caiu na clandestinidade.

Para entendermos de que maneira se deu essa influência partidária no ME e em suas entidades representativas foi necessário uma pesquisa documental no Centro de Documentação da Unesp (CEDEM), no Arquivo Ana Lagoa (Ufscar) e no Arquivo Edgar Leurenroth (AEL–Unicamp). A coleta de dados nestes arquivos foi de documentos dos partidos e organizações políticas da época e algumas resoluções, panfletos e jornais da UNE, do DCE-USP etc. Através da leitura dos documentos do ME, por exemplo, foi possível identificar as posições e idéias referentes a cada organização comprovando assim, que os estudantes se norteavam pelos ideais políticos das organizações predominantes no ME.

* Mestranda em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. End. eletrônico: jordana@marilia.unesp.br

A escolha da AP e das dissidências pautou-se na representatividade que assumiam frente ao ME. A AP, desde a sua fundação, foi predominante na UNE conquistando a presidência desta entidade por várias vezes consecutivas. As Dissidências começaram a exercer maior influência no ME em torno de 1967.

As disputas pela liderança da UNE entre a AP e as dissidências foi marcante nesse período. A principal divergência entre as duas organizações era com relação à luta específica e a luta geral contra a ditadura militar. Esta questão é fundamental para este trabalho, pois reflete exatamente o conflito entre os ideais partidários e o encaminhamento das ações estudantis.

A AP teve uma trajetória que foi do cristianismo ao marxismo, do foquismo ao maoísmo. Fundada em 1962 por um grupo dissidente da Juventude Universitária Católica (JUC), a AP assumiu uma postura mais radical que a sua precursora. A JUC foi fundada em 1935 e seguia a linha de evangelização da sociedade e da juventude, pregando também o não envolvimento nas lutas sociais. Muitos dos seus militantes discordavam dessa linha de pensamento, pois não havia como atuar no ME sem se engajar na luta política. Cada vez mais a organização foi perdendo força dentro da UNE. A AP representava uma nova organização de base cristã, porém mais aberta à militância e a ideais revolucionários. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) era muito forte no ME e suas análises sobre a situação da classe operária, a necessidade da revolução comunista etc, eram acolhidas pelos estudantes e a AP também propunha análises procurando contribuir para o processo revolucionário demarcando o papel dos estudantes.

A principal influência teórica da AP no início da sua formação foi o pensamento do intelectual francês Jacques Maritain. Este pensador causou uma reviravolta na doutrina católica ao afirmar que o cristianismo e a luta política eram indissociáveis para a construção da igualdade entre os homens. Emanuel Mounier também influenciou teoricamente a AP ao tratar de temas referentes à classe operária e aos camponeses.

A AP acreditava que a revolução não seria imediata e pregava assim, um esquema de preparação da revolução através da organização e conscientização da classe trabalhadora. Após o golpe militar, a AP assumiu-se como uma organização marxista e concentrou suas ações e propostas na luta de todo povo contra a ditadura militar. O ME tinha um papel importante na condução da luta contra a ditadura. Conforme Martins Filho (1987, p. 60), “na visão da AP, o movimento estudantil deveria se engajar diretamente nas lutas de todo o povo, das quais a reforma universitária seria mais uma

conseqüência do que um fator de impulso”. Enquanto a UNE teve a ideologia da AP como predominante participou ativamente das reivindicações populares e elaborou diversas teses sobre a influência do imperialismo norte-americano no Brasil.

A AP considerava o ME um movimento forte politicamente e de grande alcance popular. A própria AP não tinha muitos militantes entre os operários e camponeses, pois caracterizava-se como uma organização de origem pequeno-burguesa. Para alcançar as camadas populares a AP baseava-se na premissa maoísta da “integração no processo de produção” em que seus militantes eram mandados à fábrica, ao campo para trabalharem junto aos operários e camponeses e assim, se despir desse caráter pequeno-burguês além de conscientizarem os trabalhadores da emergência da revolução.

Em contrapartida ao emaranhado teórico em que nasceu a AP, as Dissidências Estudantis Comunistas se formaram depois das inúmeras cisões que atingiram o PCB. Tais cisões ocorreram devido à postura do PCB com relação ao golpe militar no qual o partido encontrava-se desorientado, sem explicação sobre o porquê do golpe ter se concretizado. Havia também críticas a linha política seguida pelo Partidão que era a mesma do Partido Comunista Soviético que pregava a coexistência pacífica e o etapismo da revolução.

As Dissidências voltaram sua luta para as questões da educação que sofria graves problemas como a diminuição de verbas para o ensino superior e a crise dos excedentes, entre outros. Para as Dissidências, na discussão sobre a política educacional do governo estava presente a discussão sobre a ditadura militar e o capitalismo brasileiro porque um era resultado do outro. Tanto a DI-SP quanto a DI-GB acusavam a AP de aparelhar as entidades estudantis, principalmente a UNE afastando assim os estudantes do ME. Para os ex-líderes estudantis José Dirceu e Vladimir Palmeira, a AP deixava as lutas estudantis em segundo plano e qualquer manifestação dos estudantes era pretexto para um discurso contra a Guerra do Vietnã e contra a ditadura (REIS FILHO, 1988).

No ano de 1968 as divergências entre os dois grupos se agravaram com o XXX Congresso da UNE. As chapas para a presidência da UNE eram encabeçadas pela AP e pelas Dissidências. Segundo José Dirceu, este congresso foi organizado pela União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) sem o apoio da AP que discordava quanto ao local (Ibiúna). (DIRCEU; PALMEIRA, 1998). Este evento terminou com a prisão de cerca de 800 pessoas e deu início ao processo de desarticulação e enfraquecimento do ME.

Foi em 1968 também que ocorreram as principais manifestações estudantis no Brasil como a “Passeata dos cem mil” e a “Batalha da Rua Maria Antonia”. Neste último acontecimento os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP entraram em confronto com os alunos do Mackenzie. Os estudantes da USP foram amparados pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e os do Mackenzie pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Foi neste episódio que os estudantes entraram em contato com os ideais de luta armada.

Com o fracasso do Congresso de Ibiúna, muitos estudantes passaram a integrar os quadros das organizações que seguiam o caminho da luta armada. A ALN agregou os militantes da DI-SP e a DI-GB tornou-se Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). A AP continuou seu percurso concentrada na preparação da guerrilha e aliou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) aderindo ao maoísmo.

No início dos anos 1970 o ME já havia perdido sua força enquanto movimento de contestação. O último presidente eleito para UNE foi Honestino Guimarães, perseguido e assassinado pela ditadura. Se anteriormente o clima dentro da UNE entre as organizações políticas predominantes era de disputa, no início da década de 1970 este traço já não era mais tão marcante. Como exposto acima, os estudantes que já militavam na AP e nas Dissidências continuaram em organizações armadas, preparando-se para a guerrilha. Somente em 1974 é que estes grupos políticos retornaram ao ME e conseguiram reorganizá-lo e trazê-lo de volta à ativa.

De certa forma, isto demonstra que embora houvesse o aparelhamento das entidades estudantis pelos partidos, o ME manteve sua organização, suas reivindicações porque existia uma liderança maior que o impulsionava. No entanto, autores como João Roberto Martins Filho e Maria Cristina Hayashi, entre outros, afirmam que a disputa entre os partidos pela liderança do ME ajudou a enfraquecê-lo.

A partidarização do ME atual e algumas semelhanças entre o ME latino-americano

Através das considerações acima é possível estabelecer uma relação entre o Movimento Estudantil dos anos 1960 e 1970 com a atualidade. No ano passado, 2007, a USP passou por uma ocupação que em todos os jornais e noticiários de televisão apareceu como um episódio lembrando os conflitos da Rua Maria Antonia de 1968. Quando ocorre greve de alunos das três maiores universidades paulistas (USP, Unesp e Unicamp) a principal discussão é que o ME é alvo dos partidos políticos e que age de

acordo com ideais partidários. Esta discussão ganha respaldo porque a UNE é fortemente partidarizada.

Neste artigo o debate sobre a influência partidária no ME brasileiro nos anos 1960 e 1970 tem o objetivo de revelar a atualidade desta proposta de trabalho. Quanto às semelhanças entre os movimentos estudantis latino-americanos percebemos que a Revolução Cubana ocorrida em 1959 era a grande inspiração. Países como Bolívia, Argentina, Chile, México, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai vivenciaram um governo repressivo na década de 1960¹ e, conseqüentemente, os movimentos sociais nesses países foram perseguidos. Diferentemente do Brasil os protestos de 1968 não foram tão expressivos no ME da América Latina. A luta guerrilheira e a realização da revolução eram os principais ideais dos movimentos sociais latino-americanos, inclusive do ME. Entretanto, podemos abordar as semelhanças do ME latino-americano sobre outro ponto de vista. O ME na América Latina tem suas orientações demarcadas pela sua origem social e pelo papel que os estudantes desempenham na sociedade (ALBUQUERQUE, 1977). Porém, uma problemática apontada pelo autor é quanto à autonomia do ME que talvez possa ser relacionada a partidarização. Uma questão importante sobre o ME na América Latina é sobre a posição que ele assume diante da sociedade. Por ser de origem pequeno-burguesa, o ME está preso às reivindicações da sua classe que tem ligações tanto com a classe dirigente quanto com a classe baixa. (FORACCHI, 1965). O ME não possui um modelo de ator social e assume orientações em função das reivindicações em nome de outros atores sociais como a classe operária, por exemplo.

Segundo Albuquerque (1977, p. 78), os aspectos do ME latino-americano são determinados pelo tipo de desenvolvimento comum a todas as sociedades e pelo tipo de equilíbrio de forças econômicas e políticas atravessado por cada sociedade em particular. Os países latino-americanos tiveram um desenvolvimento semelhante que se iniciou com o processo de colonização. Há de se ressaltar ainda e principalmente a questão da participação dos estudantes nas organizações que atuam no ME. Albuquerque (1997, p. 88) afirma que “a participação dos estudantes é tanto mais intensa quanto a organização estudantil a que estão afiliados é mais politizada”. Isto está diretamente ligado a atuação dos partidos e organizações políticas no ME e contraria a tese de alguns autores de que o esvaziamento do ME é conseqüência da sua forte

¹ No Chile, a ditadura militar iniciou em 1973.

partidarização. Foracchi (1965, p. 235) argumenta neste sentido afirmando que a vanguarda estudantil não consegue arregimentar a massa estudantil sem um lastro partidário.

Nos anos 1960 o ME brasileiro era alvo das disputas partidárias, mas foi na década seguinte que isso se tornou latente. O ME sempre se constituiu como um movimento muito forte politicamente, por isso organizações como a AP, PCB entre outros, disputavam espaço na UNE. Nos anos 1970, essas organizações concentraram suas ações na guerrilha urbana e rural e o movimento ficou isolado neste cenário. Por volta de 1974 o ME passou a ser outra vez alvo desses agrupamentos políticos e recuperou sua força. Porém, a partidarização, o aparelhamento nesta época era muito maior do que anteriormente. A década de 1970 para o ME apresentou diversas variações à medida que houve momentos de muita organização e outros de declínio. Em fins de 1979, mesmo com a refundação da UNE e da UEE-SP, os estudantes já se encontravam desmobilizados e há várias hipóteses para tal. Entre os fatores como a partidarização e as disputas entre os partidos, havia ainda a emergência do movimento operário com greves e manifestações que culminariam depois na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

A conclusão a que chegamos sobre esta época é que os estudantes que militavam no ME almejavam se vincular a movimentos maiores ou até mesmo seguir um caminho que lhes proporcionassem um lugar de destaque na política. Utilizando uma interpretação gramsciana o ME seria um centro preparador de intelectuais orgânicos à medida que seus militantes tendem a ocupar postos de intelectuais em partidos, sindicatos etc.

O líder estudantil venezuelano Yon Goicoechea em entrevista à revista *Veja*² declarou que o grande problema da UNE é ser financiada pelo governo e pelo partido majoritário. Argumentou que na Venezuela o ME é custeado através de doações dos próprios estudantes criando assim autonomia perante o governo. Ex-militantes brasileiros e que hoje ocupam cargos no governo como a deputada federal Manuela Dávila (PC do B-RS), afirmam que além da partidarização o ME apresenta reivindicações que se enquadram ao seu tempo como, por exemplo, o mercado de trabalho e que para alcançar os estudantes é preciso muito mais que ideologias partidárias. O historiador Marco Antonio Villa, em entrevista para *Folha Online*³ sobre

² Maio/2008.

³ 30/04/2008.

as manifestações ocorridas na UNB pela renúncia do então reitor Timothy Mullholand, afirmou que o ME “voltou à ativa” porque os universitários encontram-se afastados da UNE. A entidade que encabeçou o movimento de Brasília foi o Diretório Central de Estudantes. Na mesma reportagem o coordenador do DCE da UNB Fábio Felix declarou que a UNE não apoiou a ocupação da reitoria da universidade porque a saída do reitor atingiria indiretamente o governo federal, sendo que o PC do B – partido que “lidera” a UNE – é um dos partidos da base aliada do governo.

Estas discussões acerca dos vínculos partidários do ME vieram à tona novamente devido à comemoração dos 40 anos do movimento de 1968. A hipótese defendida neste artigo critica a proposta de que a organização e articulação do ME só acontece quando está “livre” da atuação de partidos. A questão da UNE ser aliada ao governo refletindo assim seu descomprometimento com lutas que são discordantes da política governista, é importante para a discussão sobre os rumos do ME. Entretanto, afirmar que a mobilização hoje – e na década de 1970 – é menor devido à supervalorização da militância política em detrimento da militância estudantil é perder de vista o real sentido de um movimento social. Necessariamente a militância estudantil leva à militância política se este estudante possui a intenção de continuar na militância. Portanto, a desmobilização do ME é consequência em primeiro lugar das reivindicações levantadas e das lutas travadas. Por uma série de fatores histórico-sociais as preocupações do estudantado hoje são diversas e nem sempre refletem as reivindicações das entidades estudantis. Há, então, a necessidade de adequação a estas reivindicações para que se possa aumentar a participação dos estudantes no ME? Ou essas reivindicações, por se constituírem como parte de uma realidade pós-tradicional, assumem uma postura volúvel? Até que ponto um movimento social consegue pautar-se e estabelecer-se baseado em reivindicações imediatistas?

Estes são os principais questionamentos que embasam este artigo. Estes problemas foram selecionados para a construção do debate porque se caracterizam como um dos temas mais discutidos entre os pesquisadores que estudam o ME além de auxiliarem na compreensão do papel do ME e dos movimentos sociais.

Referências:

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

- BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. *As Revoluções utópicas: a revolução política na Igreja e a revolução estudantil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.
- FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE e a resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.
- SANTOS, Jordana de Souza. *Unidade e Diversidade no Movimento Estudantil: a heterogeneidade das esquerdas dentro da UNE (1964-1974)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais. Marília, Unesp, 2006.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência; Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.